

SEMÂNTICA E ONTOLOGIA (1).

Pretendo examinar aqui alguns aspectos do método de análise semântica proposto por Carnap, de modo sistemático, em *Meaning and Necessity* (2). Este exame se justifica, com relação ao tema "Linguagens Naturais e Linguagens Formais", em virtude de duas características que particularizam este método. A primeira delas concerne ao tipo de linguagem a que se pode aplicá-lo. O método de Carnap requer como objeto uma linguagem inteira ou ao menos parcialmente especificada por regras e, mesmo quando aparentemente está em questão uma linguagem natural, de fato ela é tratada como um sistema *definido* por um conjunto de regras sintáticas e semânticas explícitas. Partindo da distinção que faz Carnap entre semântica pura e descritiva, entendida esta como investigação empírica de linguagens naturais *históricamente dadas*, aquela como o estudo de sistemas construídos de linguagens, *dados por suas regras*, dir-se-ia que os instrumentos analíticos propostos em *Meaning and Necessity* pertencem em princípio à semântica pura, estando sua aplicabilidade a linguagens naturais condicionada à possibilidade de especificá-las segundo padrões próprios de linguagens artificiais. Apesar da ambiguidade da posição de Carnap diante do problema de avaliar o estatuto de procedimentos analíticos originalmente concebidos com referência a sistemas artificiais quando transportados à investigação de linguagens naturais, não creio ser demasiado temerário afirmar que, para ele, o domínio de aplicação destes procedimentos tende a se identificar com o domínio de toda análise rigorosa e sistemática possível. Os sistemas de linguagem a que o método de Carnap se aplica são, ademais, construídos nos moldes das linguagens lógicas de tipo tradicional, comportando todo o aparato conceitual que caracteriza as linguagens, do cálculo de predicados.

A segunda característica relevante concerne à maneira como Carnap visa representar teoricamente a operação de interpretar ex-

(1) Texto lido em 10 de julho de 1973 na mesa-redonda de Teoria da Lógica e da Linguagem, que tratou do tema "Linguagens Naturais e Linguagens Formais", na XXV Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Nele o autor esboça alguns resultados de pesquisa que elabora como bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

(2) Carnap, *Meaning and Necessity*, Chicago, 1967.

pressões linguísticas. Nesta representação a noção de *regra* desempenha função paradigmática. Um sistema de linguagem se especifica por dois tipos de regras:

(a) *regras sintáticas*, que determinam formalmente, isto é, levando em conta unicamente a forma física e a ordem dos símbolos, a classe dos designadores da linguagem — expressões destinadas a receber significado de modo relativamente independente, em oposição àquelas tradicionalmente ditas sincategoremáticas.

(b) *regras semânticas*, que permitem a atribuição de um significado a cada designador da linguagem.

Tanto as regras sintáticas como as semânticas assumem forma recursiva: dado o vocabulário da linguagem, as regras sintáticas indicam como construir expressões complexas a partir de expressões mais simples, tornando-se possível discernir, por meio delas, as partes logicamente relevantes que compõem cada designador. Analogamente, certas regras semânticas — regras de designação — associam significados aos designadores mais elementares, enquanto outras indicam como obter o significado de designadores complexos na base dos significados de suas partes constitutivas. Não é difícil perceber porque é básico que a linguagem posta como objeto da análise semântica seja sintaticamente especificada por regras precisas e explícitas, dado que a computação dos significados complexos depende da possibilidade de discriminar as partes logicamente relevantes das expressões correspondentes. A operação de interpretar expressões linguísticas é assim representada como uma operação construtiva, um processo de composição de significados complexos a partir do conhecimento *direto* dos significados das expressões logicamente irreduzíveis, conhecimento que se poderia sistematizar por um conjunto de regras, entendido como função do conjunto de designadores no conjunto de *designata*.

As duas características apontadas — que determinam essencialmente a maneira como, na base do método de Carnap, se edifica a representação teórica dos processos pelos quais se engrenam uma linguagem e seu domínio de referência — estão presentes em alguns projetos atuais de construção de teorias semânticas para linguagens naturais, manifestamente no campo da linguística de inspiração chomskiana. O projeto de uma teoria semântica construtiva pode ser reconhecido, por exemplo, nos trabalhos de Katz e Fodor: “Uma teoria semântica para uma linguagem natural tem como objetivo a construção de um sistema de regras que represente o que um locutor fluente conhece da estrutura semântica de sua linguagem, permitindo-lhe entender suas sentenças. A idéia que subjaz a esta concepção de teoria semântica é a de que tal conhecimento toma a forma de

regras recursivas que habilitam o locutor a compor, ainda que implicitamente, o significado de qualquer sentença de sua linguagem a partir dos significados familiares de seus componentes elementares" (3). A contraparte da primeira característica encontra-se na idéia de que a interpretação semântica duma expressão opera sobre sua *estrutura profunda*, conceito que se aproxima em muito da noção de *forma lógica*, e de que esta estrutura profunda se deixaria exprimir numa linguagem lógica do cálculo de predicados, ainda que modificada.

O modelo de análise semântica proposto por Carnap tende pois a generalizar-se, ao menos com respeito aos aspectos salientados, passando a determinar a própria idéia geral de teoria semântica. Entendida como a parte da teoria da linguagem interessada nas expressões linguísticas do ponto de vista das relações que mantêm com seus *designata*, uma teoria semântica não está certamente desprovida de interesse filosófico, sendo de se esperar que possa contribuir para a elucidação do problema das relações entre linguagem e mundo, problema que recobre hoje uma boa parte das questões epistemológicas clássicas. Visto deste ângulo o modelo de Carnap apresenta sérias limitações, uma das quais, relativa ao fenômeno da referência singular, tentarei caracterizar em linhas gerais. Não se trata de lançar críticas internas ao modelo em questão, ou seja, mostrar sua inadequação aos fins a que ele próprio se propõe, mas de reconhecer sua insuficiência no que diz respeito a certas exigências externas que, porém, reputo se imponham naturalmente a uma reflexão que vise explicitar os laços que articulam uma linguagem a seu domínio de referência.

Nas linguagens analisadas por Carnap a referência singular é tarefa de dois tipos de expressões: constantes individuais (nomes próprios) e descrições definidas. Uma primeira distinção importante entre constantes e descrições deriva do fato de que estas são expressões complexas e aquelas expressões simples, logicamente irreduzíveis. Constantes recebem significado, portanto, de modo também simples, ou seja, por meio de uma única regra de designação, enquanto o significado de uma descrição deve ser computado numa operação complexa, em que intervêm mais de uma regra semântica. Isto parece dar apoio à tese de que nomes próprios se relacionam com seus referentes de maneira imediata, enquanto a referência por descrição supõe a mediação de propriedades que se enunciam do referente como meio de permitir sua identificação. Em termos fregeanos esta tese poder-se-ia formular da seguinte maneira: descrições

(3) Katz, "Analyticity and Contradiction in Natural Language", in Fodor e Katz, *The Structure of Language*, Prentice-Hall, 1964, p. 519.

possuem sentido e significado, nomes próprios possuem significado mas não sentido). Entretanto, ela não passa pelo teste fregeano da identidade: se constantes enlaçam seu referente numa relação simples, se prescindem de um conjunto de propriedades identificantes associadas, toda identidade da forma $a=b$, para quaisquer constantes a e b , deveria exprimir uma verdade trivial. A existência de proposições sintéticas desta forma atesta a necessidade de fazer corresponder também a cada constante individual uma maneira particular pela qual seu referente é dado, em outras palavras, a necessidade de reconhecer que a interpretação de nomes próprios passa pela apreensão de um conjunto de condições necessárias e suficientes para a identificação do referente, condições que, do ponto de vista lógico, pouco diferem daquelas que se associam a descrições definidas.

De fato, isto é implicitamente aceito por Carnap, cujo uso do par de conceitos intensão-extensão é, em múltiplos aspectos, análogo ao uso que faz Frege do par sentido-significado: "Por exemplo, a fim de verificar se uma palavra alemã denota um objeto determinado, deve-se em primeiro lugar entender a palavra, isto é, conhecer sua intensão, em outros termos, conhecer as condições gerais que um objeto deve preencher a fim de ser denotado pela palavra; e em seguida deve-se investigar o objeto em questão a fim de verificar se preenche ou não a condição" (4). A todo designador, e portanto também a toda constante individual, uma regra semântica associa diretamente uma intensão, a partir da qual, com o auxílio de investigações fatuais, se pode determinar sua extensão. Carnap chama a intensão de uma constante individual de *conceito individual*, o que, graças à conexão entre os termos *conceito e propriedade* em seu vocabulário, sugere fortemente a aproximação entre as noções de intensão e sentido, no que concerne a esta espécie de expressão.

A distinção entre constantes e descrições não pode pois ser formulada em termos da existência ou não de condições identificantes associadas, mas reside no fato de que as descrições *exibem* estas condições, o que não ocorre com as constantes. A representação do processo de interpretação de uma constante por meio de uma regra simples parece, portanto, não fazer jus à sua complexidade, escamoteando uma etapa fundamental deste processo. No entanto, esta dificuldade pode, à primeira vista, mostrar-se facilmente evitável. Se a cada nome próprio deve corresponder um conjunto de condições de identificação, se tais condições podem ser adequadamente expressas por descrições definidas, uma regra de designação que

(4) Carnap, "Meaning and Synonymy in Natural Languages", in *Meaning and Necessity*, ed. cit., p. 234.

fizesse corresponder ao nome próprio da linguagem-objeto uma descrição em metalinguagem estaria indicando fielmente sua intensão, podendo-se discernir as etapas do processo de interpretação do nome por meio da aplicação do método de análise semântica à expressão metalinguística. Isto leva, porém, a aceitar que a cada constante uma linguagem corresponde *uma descrição definida particular* que exprime precisamente seu sentido. Como acentua Searle (5), a atribuição de *um sentido determinado* a um nome próprio é uma tese que acarreta tantas dificuldades quanto aquela que lhes nega qualquer sentido. Ela implica em reconhecer que, para cada elemento do universo de discurso, existe uma propriedade que lhe pertence *necessariamente*. Se, por exemplo, à constante *b* uma regra de designação associa a descrição metalinguística “o único *x* tal que *Cx*”, onde *C* é uma matriz sentencial exprimível na linguagem-objeto pela matriz *F*, então a sentença “*Fb*” é analítica, visto que sua verdade pode ser demonstrada apenas com o uso de regras semânticas da linguagem. A distinção fundamental entre nomes e descrições parece consistir justamente em que nomes possuem um sentido essencialmente indeterminado, permitindo a referência ao universo de discurso descompromissada com qualquer propriedade *determinada*. Fica, neste caso, difícil de perceber como refletir a natureza própria deste modo de referir em termos de regras semânticas, como assimilar um processo, que comporta essencialmente um quociente de indeterminação, a um modelo que requer a especificação exaustiva das relações semânticas em termos de relações rígidas entre expressões e significados precisamente caracterizados.

Mesmo se relevamos esta dificuldade e, aceitando que toda referência singular supõe a mediação de um conjunto de propriedades adequadamente exprimíveis por uma descrição definida, não tomamos nomes próprios como termos fundamentais de uma linguagem em função teórica mas como redutíveis em princípio a descrições, deparamo-nos com outra dificuldade, que julgo ainda mais básica. Esta dificuldade é índice, a meu ver, de limitações essenciais de qualquer método de análise semântica fundado nas duas características apontadas acima. Creio que isto ficará claro ao examinarmos a representação do processo de interpretação de descrições implicada no método de Carnap.

Descrições são expressões complexas cuja estrutura básica se analisa em uma função proposicional e uma operação lógica que sobre ela se perfaz. A esta operação corresponde uma regra semântica, que impõe como *designatum* da descrição o único elemen-

(5) Searle, *Speech Acts, an essay in the philosophy of language*, Cambridge U.P., 1969, pp. 162-174.

to do universo de discurso que satisfaz à função. Esta parece ser uma representação suficientemente fiel da interpretação de termos singulares, atendendo às particularidades anes assinaladas. Obtém-se o referente de um termo singular mediante a seleção operada no universo de discurso pela propriedade que se exprime na função proposicional. Ao contrário do que ocorre com nomes próprios, a estrutura formal da descrição refletiria a totalidade das etapas da interpretação, que poderia então ser caracterizada construtivamente através de regras semânticas. Isto, no entanto, é apenas uma aparência. Há de fato, no processo de interpretação, uma etapa fundamental que não encontra correspondente no nível da estrutura formal da descrição, nem tampouco no conjunto de regras que intervêm na fixação do referente. As propriedades representadas na função proposicional apenas podem selecionar um referente para a descrição na medida em que é possível determinar de antemão o que pode contar como objeto, como candidato possível à referência; em outros termos, na medida em que se pode determinar um *universo de discurso* enquanto classe de objetos perfeitamente individuados e discriminados. Esta determinação é um pressuposto do processo de interpretação que não se mostra na estrutura formal da expressão nem se deixa formular por nenhuma regra. Faz-se perceber como tal, porém, ao aparecer, na formulação metalinguística da regra associada ao operador descritivo, um termo geral — *objeto, indivíduo, elemento do universo* — sem correspondente na expressão da linguagem-objeto. Temos o caso de uma operação complexa, uma predicção de tipo muito peculiar, que, na estrutura das descrições, é oculta pelo uso da variável, expressão simples a que se impõe o encargo de indicar objetos de modo imediato. Tomar como dado o domínio de aplicação da variável, supor que a possibilidade de usar variáveis não requer nenhuma espécie de fundamentação anterior, equivale a considerar a categoria de objeto como absoluta, na forma da concessão de inteligibilidade absoluta a um termo metalinguístico. Que esta categoria não é absoluta nem pode ser tomada como irreduzível numa análise semântica, fica evidente se atentamos ao fato de que uma parte importante dos conflitos teóricos em ciência está intimamente ligada à maneira de especificar a ontologia a que as expressões da teoria se podem referir. Mesmo no domínio da ciência empírica, a conversão dos dados da experiência numa classe de objetos é sempre relativa a certos critérios de individuação, cujo reconhecimento condiciona a consignação de referência aos termos da teoria. A possibilidade de concretizar, por exemplo, alguns conflitos entre teorias psicológicas como consequências de uma discordância quanto a que linguagem se pode legitimamente encarar como observacional reflete em última análise, a exigência de uma discordância básica quanto aos critérios que devem reger a individua-

ção dos objetos da teoria a partir dos dados observáveis — portanto a existência de uma discordância quanto ao que pode contar como objeto para uma teoria psicológica, se comportamentos, ações intencionais, ou movimentos corporais.

A interpretação de um termo singular supõe, por conseguinte, além de uma operação de seleção, mediante certas propriedades, de um elemento do universo de discurso, uma operação de individuação que constitui este próprio universo enquanto classe de elementos discretos e identificáveis. Esta operação é ignorada na representação do processo de interpretação implicada pelo modelo examinado, em virtude da suposição de inteligibilidade imediata que beneficia certos termos metalinguísticos. Temos, na verdade, no método de análise por regras semânticas menos uma representação das condições que possibilitam articular uma linguagem a seu domínio de referência do que uma sistematização de relações de tradução da linguagem-objeto na metalinguagem. A idéia de que uma teoria semântica deve ser capaz de sistematizar os laços que atam a linguagem a um domínio objetivo não é, pois, exemplificada de modo radical por uma teoria conforme ao modelo proposto por Carnap. Até que ponto é possível elaborar uma teoria assim concebida, é uma questão que não cabe aqui examinar. Acredito porém que, se por um lado toda teoria da linguagem, na medida em que é uma *teoria*, se situa sempre num campo de inteligibilidade definido por uma linguagem que lhe serve de horizonte, por outro isto não implica necessariamente uma restrição tão extrema quanto a que limita a explicação da referência ao estabelecimento de relações de tradução de uma linguagem em outra mais compreenssiva. Abre-se deste modo uma perspectiva diferente para a reflexão sobre a linguagem e o mundo, a partir da qual se formulam questões que certamente não se poderiam resolver, nem mesmo formular, nos limites, para nós estreitos, impostos por métodos de análise do tipo aqui considerado.

LUIZ HENRIQUE LOPES DOS SANTOS